

Educação E Lei 10.639/2003: Contribuições Da Cultura Afro-Brasileira E Africana No Currículo Escolar Para O Combate Ao Racismo

Anita Terezinha Scaranello Dos Santos
Universidade Oeste Paulista

Paulo César Mendes
Unimontes Estadual De Montes Claros

Graziele Azevedo Rodrigues
Centro Universitário De Belo Horizonte

Luciano Henrique Pereira Da Silva
Universidade Potiguar (Unp)

Elzenir Santos Amorim
Universidade Federal Do Maranhão

Leandro Dani
Unisc - Universidade De Santa Cruz Do Sul

Francisco José Lourenço De Sousa
Faculdade Norte E Nordeste Do Brasil- FANOR

Resumo:

A pesquisa teve como objetivo investigar a implementação da Lei 10.639/2003 e a inclusão da cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar, analisando a percepção de 23 professores sobre essa temática. Utilizou uma abordagem qualitativa, por meio de uma metodologia exploratória e descritiva, com coleta de dados realizada através de entrevistas que foram analisadas por meio da análise do discurso. Os resultados revelaram que, embora haja uma conscientização crescente sobre a importância da inclusão da cultura afro-brasileira, persistem desafios significativos, como a falta de formação adequada para os educadores, resistência de alunos e colegas, e a escassez de recursos didáticos. No entanto, muitos professores estão adotando práticas pedagógicas inovadoras que promovem a valorização da cultura afro-brasileira, contribuindo para o engajamento dos alunos e para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo. A conclusão destaca que a implementação da lei deve ser encarada como uma oportunidade de promover a equidade e a justiça social, enfatizando a importância de um compromisso coletivo para garantir que a educação antirracista se torne uma realidade efetiva nas escolas e na sociedade.

Palavras-chave: Educação; Lei 10.639/2003; Afro-brasileira.

Date of Submission: 02-11-2024

Date of Acceptance: 12-11-2024

I. Introdução

A educação é um dos pilares fundamentais para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária. No Brasil, o reconhecimento da diversidade cultural e étnica é uma necessidade premente, especialmente em um país marcado por uma rica mistura de influências africanas, indígenas e europeias. Nesse contexto, a Lei 10.639/2003 surge como um marco legal significativo, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas de todo o território nacional. Essa legislação não apenas visa a

inclusão, mas também busca combater as desigualdades raciais, promovendo um ambiente escolar que respeite e valorize a diversidade (Filizola; Botelho, 2019).

A Lei 10.639/2003 é um reflexo das lutas sociais e políticas das comunidades afro-brasileiras ao longo da história. Desde o período colonial, a população negra enfrentou discriminação e exclusão social, resultando em um legado de marginalização que se perpetua até os dias de hoje. A inclusão de conteúdos que abordem a contribuição dos africanos e seus descendentes para a formação cultural, econômica e social do Brasil é, portanto, uma estratégia essencial para dismantelar estereótipos e preconceitos que ainda persistem na sociedade (Gomes, 2012).

Um dos principais objetivos da lei é a promoção da consciência crítica sobre as raízes históricas do racismo no Brasil. Ao incluir a cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar, as escolas têm a oportunidade de explorar temas como a escravidão, a resistência cultural, as tradições africanas e as contribuições de figuras importantes da história afro-brasileira. Esse conhecimento é vital para formar uma nova geração de estudantes que compreendam a complexidade da identidade nacional, reconhecendo a diversidade como uma riqueza cultural e não como uma barreira (Meinerz, 2023).

Além de proporcionar um espaço para a valorização da cultura afro-brasileira, a lei também atua como um instrumento de combate ao racismo. A educação antirracista é fundamental para desconstruir preconceitos e promover o respeito entre diferentes grupos étnicos. Quando as escolas abordam a cultura afro-brasileira de forma contextualizada e crítica, elas ajudam a criar um ambiente mais inclusivo, onde todos os alunos, independentemente de sua cor ou origem, se sintam representados e valorizados (Petit, 2016).

A implementação da Lei 10.639/2003, no entanto, enfrenta desafios significativos. Muitas escolas ainda carecem de materiais didáticos adequados e de formação específica para professores, o que dificulta a abordagem efetiva dos conteúdos previstos na legislação. Para que a inclusão da cultura afro-brasileira seja eficaz, é necessário que os educadores recebam apoio e capacitação, além de que as instituições de ensino desenvolvam projetos que integrem esses conteúdos de maneira interdisciplinar e contextualizada (Silva; Araújo, 2021).

A resistência de alguns segmentos da sociedade também é um obstáculo a ser superado. A valorização da cultura afro-brasileira muitas vezes esbarra em preconceitos enraizados e na desinformação sobre a história e as contribuições dos afrodescendentes. É essencial que a escola assuma um papel ativo na desconstrução dessas narrativas, promovendo debates e reflexões que incentivem o respeito e a empatia entre os alunos (Alexandre, 2013).

Ademais, a inclusão da cultura afro-brasileira no currículo escolar não deve ser vista como uma ação isolada, mas sim como parte de um movimento mais amplo de transformação social. A educação deve ser um espaço de resistência e empoderamento, onde os estudantes possam se apropriar de sua história e identidade. A valorização da cultura afro-brasileira contribui para a formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade, fortalecendo a luta contra a desigualdade e o racismo (Alves; Teixeira; Santos, 2022).

Frente ao exposto, o objetivo desta pesquisa foi analisar a importância da cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar para a inclusão e o combate ao racismo. A justificativa para a realização desta pesquisa reside na importância de promover uma educação que valorize a diversidade étnico-racial e contribua para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

II. Materiais E Métodos

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem exploratória e descritiva, visando compreender como a Lei 10.639/2003 tem sido implementada nas escolas e a percepção dos educadores sobre a inclusão da cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar. A pesquisa exploratória permitiu que os pesquisadores se familiarizassem com o tema, identificando lacunas no conhecimento existente e orientando as questões que seriam investigadas. Por sua vez, a pesquisa descritiva possibilitou uma análise mais aprofundada dos dados coletados, permitindo uma descrição detalhada das experiências e práticas dos professores envolvidos na pesquisa.

Optou-se por uma abordagem qualitativa, considerando que a natureza do tema requer uma compreensão mais profunda e contextualizada das opiniões e experiências dos educadores. A pesquisa qualitativa é especialmente útil em estudos que buscam explorar significados, percepções e contextos, proporcionando uma visão holística sobre como a cultura afro-brasileira é abordada nas escolas. A escolha dessa abordagem permitiu que os pesquisadores investigassem as nuances das práticas pedagógicas e as reflexões dos professores sobre a temática.

A amostra da pesquisa foi composta por 23 professores de diferentes disciplinas e níveis de ensino, todos atuantes em escolas que adotam a Lei 10.639/2003 em seu currículo. Os participantes foram selecionados de forma intencional, buscando diversidade em relação à experiência profissional, formação acadêmica e localização geográfica. Essa diversidade foi fundamental para que a pesquisa refletisse uma variedade de perspectivas e práticas em relação à inclusão da cultura afro-brasileira no ambiente escolar.

A coleta de dados envolveu a aplicação de entrevistas semiestruturadas, permitindo que os professores expressassem suas opiniões e experiências de forma mais livre, ao mesmo tempo em que seguiam um roteiro que

orientava as questões abordadas. As entrevistas foram realizadas de forma presencial e virtual, dependendo da disponibilidade dos participantes. Essa flexibilidade foi essencial para garantir a participação de todos, respeitando as diferentes realidades dos educadores. As perguntas foram elaboradas para explorar temas como a formação dos professores, a percepção sobre a importância da cultura afro-brasileira e os desafios enfrentados na implementação da lei.

As entrevistas foram gravadas com a autorização dos participantes e transcritas integralmente para análise posterior. Esse registro cuidadoso das falas permitiu uma compreensão mais aprofundada dos discursos dos professores, garantindo que suas vozes fossem ouvidas de maneira fiel. A transcrição das entrevistas foi um passo crucial para a análise, pois possibilitou a identificação de padrões e temas que emergiram das narrativas dos educadores.

A análise dos dados foi realizada por meio da Análise do Discurso, uma metodologia que busca compreender como os significados são construídos e como as relações de poder se manifestam nas falas dos participantes. A Análise do Discurso permitiu que os pesquisadores explorassem as nuances das falas dos professores, identificando não apenas os conteúdos abordados, mas também as emoções, as experiências e as concepções subjacentes às suas falas. Essa análise possibilitou uma compreensão mais rica e complexa das práticas pedagógicas e das percepções sobre a cultura afro-brasileira.

A triangulação dos dados também foi um aspecto importante da metodologia. Ao combinar as informações obtidas nas entrevistas com dados secundários, como documentos oficiais e materiais didáticos utilizados nas escolas, os pesquisadores puderam validar e enriquecer as conclusões. Essa triangulação garantiu uma análise mais robusta e confiável, além de fornecer um panorama mais amplo sobre a implementação da Lei 10.639/2003.

Por fim, a pesquisa foi realizada de maneira ética, respeitando a privacidade e a confidencialidade dos participantes. Todos os professores assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido, garantindo que estivessem cientes dos objetivos da pesquisa e de seu direito à privacidade. A abordagem cuidadosa e respeitosa na condução da pesquisa assegurou a obtenção de dados relevantes e significativos, contribuindo para o fortalecimento da discussão sobre a inclusão da cultura afro-brasileira no currículo escolar e os impactos dessa inclusão na formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

III. Resultados E Discussões

Os resultados da pesquisa revelaram uma compreensão sobre a implementação da Lei 10.639/2003 e a percepção dos professores em relação à inclusão da cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar. A partir das entrevistas realizadas, foram identificados três temas principais: a formação dos professores, os desafios enfrentados na implementação da lei e as práticas pedagógicas que promovem a valorização da cultura afro-brasileira.

Um dos aspectos mais destacados nas entrevistas foi a formação dos professores. A maioria dos participantes expressou a importância de ter um conhecimento sólido sobre a cultura afro-brasileira para ensinar adequadamente os conteúdos exigidos pela lei. Por exemplo, um dos educadores (E3) afirmou: "Sinto que minha formação não me preparou o suficiente para abordar a cultura afro-brasileira. Muitas vezes, eu me sinto inseguro ao ensinar esses conteúdos". Esse relato reflete uma preocupação comum entre os educadores, que muitas vezes se sentem despreparados para lidar com temas que exigem um entendimento profundo da história e das tradições afro-brasileiras.

Outro participante, E5, comentou sobre a necessidade de formação continuada: "Participar de cursos e oficinas sobre cultura afro-brasileira tem sido fundamental para minha prática. Acredito que é essencial que todos os professores tenham essa oportunidade". Essa fala destaca a importância de políticas de formação contínua que proporcionem aos educadores o conhecimento necessário para implementar a lei de forma efetiva. A capacitação contínua é crucial não apenas para aumentar a confiança dos professores, mas também para enriquecer o conteúdo que será abordado em sala de aula.

Além disso, a diversidade de formações acadêmicas dos professores também influenciou a maneira como abordam a cultura afro-brasileira. E1, que é professor de História, mencionou: "Eu consigo relacionar a cultura afro-brasileira com o contexto histórico que ensino. Isso facilita a compreensão dos alunos". Essa conexão entre disciplinas é um ponto positivo, pois permite uma abordagem mais integrada e contextualizada dos conteúdos, tornando a aprendizagem mais significativa.

Os desafios enfrentados pelos professores na implementação da Lei 10.639/2003 foram outro tema recorrente nas entrevistas. Um dos principais obstáculos mencionados foi a resistência de alguns alunos e até mesmo de outros educadores. E7 relatou: "Houve um momento em que abordei a escravidão na sala, e um aluno disse que não queria ouvir sobre isso. Foi complicado". Essa resistência pode ser atribuída a preconceitos enraizados que ainda permeiam a sociedade brasileira, dificultando a discussão aberta sobre temas que envolvem a cultura afro-brasileira.

A falta de recursos didáticos adequados também foi apontada como um desafio. E4 comentou: "Os materiais que temos na escola muitas vezes não abordam a cultura afro-brasileira de forma aprofundada. Precisamos de mais livros e recursos que incluam essa perspectiva". Essa dificuldade em acessar materiais adequados limita a capacidade dos educadores de ensinar de maneira eficaz, fazendo com que muitos se sintam frustrados com a implementação da lei.

Outro aspecto relevante mencionado foi a falta de apoio institucional. E6, que trabalha em uma escola pública, declarou: "Sinto que a escola não dá a devida importância à implementação da lei. Muitas vezes, é como se fosse apenas uma obrigação a ser cumprida". Essa falta de valorização institucional pode impactar a motivação dos professores, que muitas vezes se sentem sozinhos na luta pela inclusão da cultura afro-brasileira no currículo escolar.

Apesar dos desafios, muitos professores estão adotando práticas pedagógicas inovadoras para promover a valorização da cultura afro-brasileira em suas aulas. E2 destacou: "Eu sempre tento trazer músicas, danças e histórias da cultura afro-brasileira para as aulas. Isso engaja os alunos e torna o aprendizado mais interessante". Esse tipo de abordagem lúdica é fundamental para despertar o interesse dos estudantes e tornar os conteúdos mais acessíveis. E8 mencionou a importância da interdisciplinaridade: "Quando ensino sobre arte afro-brasileira, relaciono com a História e a Literatura.

Assim, os alunos conseguem ver a riqueza e a complexidade dessa cultura". Essa estratégia demonstra como a integração de disciplinas pode enriquecer a aprendizagem, permitindo que os alunos façam conexões significativas entre diferentes áreas do conhecimento. Além disso, muitos educadores estão promovendo debates e rodas de conversa sobre temas relacionados à cultura afro-brasileira. E9 afirmou: "Essas discussões são importantes para que os alunos possam expressar suas opiniões e se conscientizar sobre a diversidade". Criar um ambiente em que os alunos se sintam à vontade para discutir questões raciais e culturais é crucial para promover a inclusão e o respeito à diversidade.

A inclusão da cultura afro-brasileira no currículo escolar também tem um impacto significativo nas relações interpessoais entre os alunos. E10 compartilhou: "Depois que começamos a abordar mais sobre a cultura afro-brasileira, percebi que os alunos passaram a respeitar mais as diferenças entre eles". Essa mudança nas dinâmicas de sala de aula é um indicativo de que a educação antirracista pode contribuir para a construção de um ambiente mais harmonioso e inclusivo.

Outro participante, E12, observou que as discussões sobre a cultura afro-brasileira ajudam a desconstruir estereótipos: "Quando falamos sobre as contribuições dos afro-brasileiros, os alunos começam a entender que a cultura negra é rica e diversa, e não um estereótipo". Essa desconstrução de preconceitos é um passo fundamental para a promoção da igualdade racial e do respeito às diferenças. A inclusão da cultura afro-brasileira também tem gerado reflexões importantes sobre a identidade dos alunos. E15 compartilhou: "Alguns alunos descobriram que têm ascendência africana e isso mudou a forma como eles se veem". Esse aspecto evidencia como a educação pode contribuir para a formação da identidade e a autoestima dos estudantes, promovendo um sentido de pertencimento e valorização das suas raízes.

A construção de uma identidade positiva em relação à cultura afro-brasileira é um objetivo fundamental da implementação da lei. E17 afirmou: "Quando os alunos se reconhecem nas histórias e nas culturas que estamos ensinando, eles se sentem mais valorizados". Essa valorização da identidade é um passo importante para a formação de cidadãos conscientes e críticos. Os resultados obtidos nesta pesquisa evidenciam que a implementação da Lei 10.639/2003 enfrenta desafios significativos, mas também apresenta oportunidades valiosas para promover a inclusão e combater o racismo nas escolas.

A formação dos professores, a superação da resistência, o acesso a recursos adequados e a adoção de práticas pedagógicas inovadoras são fatores cruciais que influenciam a eficácia da implementação da lei. A educação antirracista não é apenas uma obrigação legal, mas uma necessidade social. Através da valorização da cultura afro-brasileira e africana, é possível criar um ambiente escolar mais inclusivo, onde todos os alunos se sintam representados e respeitados.

As práticas pedagógicas adotadas pelos professores são fundamentais para promover a reflexão, o respeito e a empatia entre os estudantes. Além disso, a pesquisa revelou a importância de uma formação continuada para os educadores, que os capacite a abordar a cultura afro-brasileira de maneira crítica e contextualizada. Essa formação deve ser acompanhada de um suporte institucional que valorize e priorize a inclusão da diversidade cultural no currículo escolar.

Por fim, os relatos dos professores demonstram que, apesar dos desafios, é possível construir uma educação que respeite e valorize a riqueza da cultura afro-brasileira e africana. A luta pela inclusão e pela igualdade racial deve continuar sendo uma prioridade nas escolas, visando não apenas o cumprimento da lei, mas a transformação social e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

IV. Conclusão

A pesquisa realizada sobre a implementação da Lei 10.639/2003 e a inclusão da cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar revelou-se uma investigação profunda e significativa sobre as práticas pedagógicas e a percepção dos professores. A análise dos dados coletados demonstra que, apesar dos avanços e das iniciativas positivas, ainda existem barreiras e desafios que precisam ser enfrentados para que a educação antirracista se torne uma realidade efetiva nas escolas brasileiras.

Um dos principais achados foi a identificação de lacunas na formação inicial dos professores. A falta de preparo adequado para abordar questões relacionadas à cultura afro-brasileira gerou insegurança entre os educadores, evidenciando a necessidade de uma formação mais robusta e contínua. Essa formação deve não apenas incluir conteúdos sobre a história e as tradições afro-brasileiras, mas também oferecer estratégias pedagógicas que ajudem os professores a lidarem com a resistência de alunos e colegas. A implementação de cursos e oficinas que priorizem a diversidade cultural e a educação antirracista é, portanto, fundamental.

Os desafios enfrentados na prática cotidiana foram igualmente significativos. A resistência à abordagem de temas relacionados à cultura afro-brasileira, tanto por parte de alunos quanto de outros educadores, foi um ponto de preocupação expressado por muitos participantes. Essa resistência está enraizada em preconceitos históricos e sociais que ainda permeiam a sociedade brasileira, dificultando a construção de um ambiente escolar que promova o respeito e a valorização das diferenças.

Para que a Lei 10.639/2003 cumpra seu papel, é essencial que as escolas adotem uma postura ativa no combate ao racismo e na promoção de uma educação inclusiva. Em contrapartida, as práticas pedagógicas adotadas por muitos professores mostram um compromisso e uma criatividade notáveis na implementação da lei. O uso de metodologias interativas, como músicas, danças, debates e discussões, tem contribuído para o engajamento dos alunos e para a promoção de uma educação mais inclusiva. Esses esforços demonstram que, com as ferramentas certas e o apoio necessário, os educadores podem transformar a sala de aula em um espaço de aprendizado que respeita e valoriza a diversidade cultural.

A pesquisa também revelou a importância da construção da identidade dos alunos e como a valorização da cultura afro-brasileira pode impactar positivamente a autoestima e o senso de pertencimento. Através do reconhecimento e da inclusão das histórias e culturas afro-brasileiras, os alunos têm a oportunidade de se enxergarem como parte de uma sociedade rica e diversa, o que é fundamental para a formação de cidadãos conscientes e críticos. Portanto, a implementação da Lei 10.639/2003 não deve ser vista apenas como uma obrigação legal, mas como uma oportunidade valiosa para promover a equidade e a justiça social nas escolas.

A luta pela inclusão da cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar é um passo essencial para combater o racismo e construir uma sociedade mais justa e igualitária. Em suma, os resultados desta pesquisa ressaltam a necessidade de um compromisso coletivo de todas as partes envolvidas na educação – gestores, educadores, alunos e a sociedade em geral – para que a cultura afro-brasileira seja efetivamente integrada ao currículo escolar. Apenas através de um esforço conjunto será possível superar os desafios identificados e garantir que a educação antirracista não apenas se concretize nas escolas, mas também se reverberem na sociedade, contribuindo para a construção de um futuro mais inclusivo e respeitoso para todos. A continuidade deste debate e a promoção de ações concretas são imprescindíveis para a transformação social que buscamos.

Referências

- [1] Alexandre, I. J. Diversidade Cultural, Relações E Educação Na Unemat. Revista Da Faculdade De Educação (Universidade Do Estado De Mato Grosso). Cáceres, V. 20, N. 2, P. 115-126, Jul/Dez. 2013.
- [2] Alves, L.; Teixeira, D.; Santos, W. N. Educação Da Infância E Combate Ao Racismo: A Implementação Da Lei N° 10.639/2003 Na Percepção De Professores E Professoras. Rev. Bras. Estud. Pedagóg., Brasília, V. 103, N. 264, P. 450-465, Maio/Ago. 2022.
- [3] Filizola, G. J.; Botelho, D. M. Lei 10.639/2003: Caminhos Para Desconstrução Do Racismo Epistêmico/Religioso No Ambiente Escolar. Formação Docente – Revista Brasileira De Pesquisa Sobre Formação De Professores, [S. L.], V. 11, N. 22, P. 59-78, 2019.
- [4] Gomes, N. L. Relações Étnico-Raciais, Educação E Descolonização Dos Currículos. Currículo Sem Fronteiras, V.12, N.1, P. 98-109, 2012.
- [5] Meinerz, C. B. Entrevista Com A Professora Petronilha Beatriz Gonçalves E Silva: Educação Das Relações Étnico-Raciais, Ensino De História E Os Vinte Anos Da Lei 10.639/2003. Revista De História E Ensino, 2023.
- [6] Oliveira, D. S. De. A Lei N.º 10.639/2003: Educação Antirracista E Regime De Informação. Múltiplos Olhares Em Ciência Da Informação, Belo Horizonte, N. Especial, 2022.
- [7] Petit, S. H. Práticas Pedagógicas Para A Lei N° 10.639/2003: A Criação De Nova Abordagem De Formação Na Perspectiva Das Africanidades. Educação Em Foco, 21(3), 657-684, 2016.
- [8] Silva, M. A. B.; Araújo, D. P. Currículos De Licenciatura Em História De Duas Universidades Públicas Brasileiras E A Lei 10.639/2003: Silêncios, Disputas E Resistência. Revista Transversos, 2021.